

Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro 2003

Tema 5: As subjetividades contemporâneas

Sub-tema A: As novas conjugalidades

Parceria civil entre pessoas do mesmo sexo

Pedro Paulo Vellozo Alonso Azevedo

Resumo:

Elaborado em 1997 quando convidado para participar de um Encontro organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) em que se discutiria a **Parceria Civil entre pessoas do mesmo sexo**, em especial o projeto de lei da ex-deputada Marta Suplicy (PT/SP, atual prefeita da cidade de São Paulo) que reconhece a união civil de homossexuais e que tramita no Congresso Nacional desde 1996. Discutir os aspectos éticos, sociais e legais; as repercussões no âmbito do Direito de Família, do Direito de Obrigações e Sucessões e ainda questões referentes a adoção. Já havia um marcado interesse pelo enfoque psicanalítico, não sendo por acaso que faça parte dos temas desse segundo encontro mundial. Procuro expor as principais construções político-culturais sobre o homossexualismo e oferecer uma contribuição psicanalítica.

Palavras-chaves: parceria civil; mesmo sexo, homossexualismo, **outrossexual**; diferença.

Parceria é a princípio **“reunião de pessoas para um fim de interesse comum”**. É **sociedade**. Parceiro (do lat. *partiarium*) é igual, semelhante. Isso é importante pois **igual, semelhante** – **hom(o)** – do gr. **Homós** – e **diferente, outro¹** – **heter(o)** – do gr. **Heteros** – são fundamentais nessa discussão. Acresce a isso que civil ao ser um conceito que diz respeito **“as relações dos cidadãos entre si”**, considera esses cidadãos - sejam heterossexuais ou homossexuais - em suas circunstâncias particulares dentro da **sociedade**, que não deixa de ser, como já foi dito, sinônimo de **parceria**. Sob determinado angulo parceria civil não deixa de ser uma redundância. Há algo sempre civil numa parceria.

¹ Lembro aqui a importância do conceito de *outro* (*hetero*) na psicanálise.

Sou favorável, e, acredito, a maior parte da comunidade psicanalítica, à supressão das restrições legais que ainda incidem sobre a vida pública dos homossexuais, que têm seu caminho para a cidadania plena minado de preconceitos, tabus, demonismo e outras maneiras de exclusão ostensiva ou maquilada¹. Pretendo demonstrar porque defendo a “parceria civil entre homossexuais” e o benefício que pode trazer para a humanidade como um todo. Os pleitos igualitários expressos nas manifestações públicas em diversas partes do mundo podem se tornar os marcos dos últimos momentos de intolerância da moderna civilização. De um afeto que a sociedade condena poderíamos alcançar a afirmação da cidadania homossexual.

Registro isso porque as resistências ou o repúdio a um projeto de lei de lógica indiscutível² só pode encontrar justificativa em questões de ordem moral. Com isso não quero dizer que são infundadas ou inconsistentes essas questões. Mas como partem de noções pré-concebidas, portanto de pré-conceitos, justificam nosso encontro e o aprendizado de novas noções.

Da literatura não psicanalítica sobre o assunto o ensaio que mais aprecio foi escrito por Andrew Sullivan. Seu livro - ***praticamente normal*** - expõe o tema sob três prismas: sua história pessoal, as principais construções culturais sobre o homossexualismo e um debate sobre a política das minorias.

Quando o autor fala de suas experiências pessoais chega a ser comovente:

“Eu não me sentia nem menino nem menina; sentia-me eu mesmo”

“assim o segredo começou quando eu era criança”

“por fim sucumbi ao pânico e mencionei o fato perante Deus”

“qualquer tipo de anseio teria de assumir formas tortuosas e subterrâneas. Eu teria que ser um fora-da-lei para poder ser completo”

¹ Que conhecemos como **homofobia**, ou seja, aversão à homossexualidade, que de modo isolado ou associado a outros fatores condena à morte pessoas (o crime anti-homossexual) e o ideal humano de liberdade.

² Me refiro ao projeto de lei da ex-deputada Marta Suplicy (PT/SP) e atual prefeita da cidade de São Paulo.

“nesse momento você aprende a primeira lição homossexual. Que sua sobrevivência depende da auto-ocultação. O adolescente gay aprende um tipo de controle e sublimação, de enganação e auto-desprezo, que nunca deixará sua consciência”

“Quem acredita que uma revolução política, social ou mesmo cultural irá mudar a essência dessa situação está negando a realidade. Esse isolamento sempre se manterá”

“será também uma experiência de solidão”

O que Sullivan nessas últimas palavras sugere é que o preconceito¹ é uma força que resiste com muita frequência ao melhor dos argumentos. As evidências de que a homossexualidade é uma variante de expressão da natureza não irá aplacar a indiferença, o repúdio e o ódio de alguns². Não há argumentos contra a paixão. É a **“lógica do absurdo”** do poema do escritor e dramaturgo Chico Azevedo: **“de que valem todos esses seus convincentes argumentos se quem está com a razão sou eu”³**.

Mas nada disso pode estancar ou substituir a discussão política e moral acerca de como a sociedade deve conviver com a presença dos homossexuais em seu meio. A experiência homossexual pode ser considerada normal ou patológica, aceita ou rechaçada, contudo ela existe e ocorre independentemente de seus modos de expressão. Para a grande maioria a condição homossexual é tão involuntária como a heterossexualidade o é para os heterossexuais⁴.

¹ Desafortunadamente, o preconceito começa de modo claro e inequívoco na própria família, capaz de admitir quase tudo, menos ter homossexuais em seu seio. O preconceito possui além disso implicações sociais e jurídicas.

² Esse ódio cego ainda encontra espaço dentro de uma sociedade excessivamente discriminatória e que se reproduz no braço repressivo do Estado, pois é sabido que os principais responsáveis pela morte de homossexuais são os policiais. O discurso religioso possui sua parcela de responsabilidade pela homofobia, pois à despeito do Brasil ser uma nação laica, isto é, Estado e religião constitucionalmente separados, nem sempre a distinção é respeitada.

³ Azevedo, Francisco (1978). *Contra os moinhos de vento*. Editora Escopo

⁴ Sullivan, Andrew (1995). *Praticamente Normal – Uma discussão sobre o homossexualismo*. Cia das Letras.

O autor reconhece quatro atitudes políticas para com o homossexualismo e denomina seus proponentes de **proibicionistas**, **liberacionistas**, **conservadores e liberais** respectivamente.

Os proibicionistas

Afirmam que o homossexualismo é uma aberração. Que é uma doença que exige cura, transgressão que requer punição legal e dissuasão social. Todos os seres humanos são heterossexuais e solapar tal identidade é um crime contra a natureza e a civilização.

Apesar da radicalidade não podem, segundo o autor, de forma generalizada, serem considerados fanáticos. Seus princípios encontram raízes na antiguidade. Contudo muito poucos proibicionistas empenham-se nessas lutas, incapazes com seu anacronismo de envolver a sociedade. A postura passa a ser mais **tática** e não mais de **princípios**.

Os liberacionistas

Política que na opinião de Sullivan brota da primeira - “espécie de imagem invertida”¹. Tal como os proibicionistas possuem uma cosmovisão totalizadora e poderosa. O ponto de convergência de ambas quanto a natureza do homossexualismo: **algo que não existe**.

Para os liberacionistas o homossexualismo, por definição, não existe propriamente porque é um construto do pensamento e não um estado inerente ou natural do ser. É uma construção gerada pelos que detêm o poder a fim de controlar e definir aqueles que não o têm. O fim pleno da fruição humana é estar livre de todos os construtos, estar liberado do discurso suspeito da identidade sexual e integrar uma identidade escolhida, plena e livre.

Temos as estruturas acima das pessoas, a dignidade pessoal sacrificada por uma suposta causa maior. A tática política da dedação dos

¹ Chamo atenção aqui para o conceito psicanalítico de **formação reativa** que se entende como: “a atitude ou hábito psicológico de sentido oposto a um desejo recalcado e constituído em reação contra ele.” (Laplanche/Pontalis, Vocabulário da Psicanálise (1967). Martins Fontes). Sabemos como Freud sublinhou o papel desempenhado pela formação reativa, juntamente com a sublimação, na construção dos caracteres e das

“enrustidos” e a performance bicha são as tônicas, espécie de “cultura homossexual”, que na minha maneira de ver é muitas vezes cultura caricatural que não atende aos principais anseios e realizações dos homossexuais. Lembro a frase de Stanislaw Ponte Preta: ***“se o homossexualismo é um direito, a frescura é uma exorbitância”¹***.

Os conservadores

Ao contrário dos proibicionistas e liberacionistas, eles admitem que uma pequena minoria de pessoas é constitutivamente homossexual e merece uma boa dose de respeito na área privada. Acham detestável que os homossexuais - sobretudo aqueles que eles conhecem - estejam sujeitos a perseguição, maus-tratos, violências, discriminação ou doença. Embora não seja algo que tenham vontade de discutir. Os conservadores combinam uma tolerância privada para com os homossexuais com a desaprovação pública do homossexualismo. Hábeis na prática da discrição. O reconhecimento e a aprovação pública por mais benefícios que trouxessem aos homossexuais, iriam ameaçar o sentido da procriação e as futuras gerações. Enfraquecer tão gravemente a estrutura da família e encorajar os “hesitantes” a adotar um comportamento auto-destrutivo. Portanto para a sociedade é melhor manter a desaprovação.

Os liberais

Os liberais acreditam, assim como os conservadores, que o homossexualismo como fenômeno social é uma mistura de opção e compulsão. Mas ao contrário da ideologia conservadora, cuja prioridade é questionar de que modo os interesses da sociedade são afetados por esse fenômeno, os liberais perguntam de que modo o indivíduo é afetado. Declaram que os direitos homossexuais são infringidos em várias áreas, e respondem, paradoxalmente, criando leis que protejam essa classe minoritária de tais violações de suas liberdades. Do ponto de vista

virtudes humanas, ou seja, seu papel na construção da civilização. Podemos então falar que o liberacionismo não deixa de ser expressão do proibicionismo recalcado e vice-versa.

liberal, proteger o direito de praticar uma atividade sexual mutuamente consentida, de qualquer tipo, é um direito tão fundamental e tão inofensivo à liberdade dos outros que apenas o fanatismo pode explicar essa oposição.

Ao contrário dos conservadores, os liberais não consideram importante o Estado incentivar formas de comportamento em detrimento de outras e sim garantir sua neutralidade quanto as diferentes “experiências de vida”. Recusam-se a ver o Estado como um instrumento para inculcar a virtude promovendo um modo de vida desencorajando outro. Há para os liberais uma **“lógica da liberdade”** onde é através da permissão das experiências que se pode naturalmente determinar a melhor maneira de viver.

Uma política do homossexualismo

Na visão de Andrew Sullivan, a rebelião apenas literária e espalhafatosa dos liberacionistas que insistem na alteração do poder pela subversão não oferece qualquer argumento mais profundo à sociedade que pudesse criar um ambiente mais estável para as novas gerações. Não requerem conversação, nenhum diálogo de como o homossexualismo deveria ajustar-se à sociedade na sua totalidade, no que poderia contribuir ao mundo heterossexual. Nenhum engajamento.

A política conservadora do silêncio para Sullivan desmorona aos poucos, pois a medida que a cultura vai se tornando mais liberalizada, com mais tolerância, maior liberdade de expressão, de religião, de escolha e consciência, incrementa-se a autoconfiança dos homossexuais que começam a se sentir motivados a olhar mais além de si mesmos. A vergonha pela sua condição foi cedendo lugar ao orgulho. Um verdadeiro assumir-se. O que mais tinham a perder com o exercício da honestidade? Por outro lado um acidente histórico da maior magnitude subverteu a distinção entre público e privado. A AIDS agiu como um elemento de impressionante velocidade e sem precedentes para achatar as normas vigentes da discussão pública sobre o homossexualismo. Tornou o assunto além de inevitável, imprescindível. A política conservadora entrou em crise e a hipocrisia se tornou insustentável.

¹ Referência ao escritor e jornalista **Sérgio** Marcus Rangel **Porto** (Rio de Janeiro 1923 – id. 1968), que ficou

Os liberais numa crescente contradição de princípios desejam negar a completa liberdade de expressão para proteger uma minoria específica. Criticam o pensamento conservador de querer inculcar formas de se comportar a essas minorias, mas acabam por **“educarem”** uma maioria atrasada.

Sua **“lógica da liberdade”** não resiste às compulsões psicológicas dos humanos que impedem tarefas comuns ao bem estar geral. Com sua “neutralidade” o Estado liberal aquiesce com a opressão social. Assiste de forma míope com sua “igualdade formal” pessoas serem devastadas “informalmente” por forças sociais mais poderosas. Suas leis anti-discriminatórias acabam tendo um efeito inverso. Ou seja, discriminam. Além de perpetuar uma passividade alimentam a vergonha e a desonestidade. Apresentam os homossexuais como eternas vítimas.

Para Andrew Sullivan há uma alternativa: uma política capaz de reconciliar os melhores argumentos dos liberais e conservadores unindo ambos. Em consonância com o liberalismo, essa política respeita a lei e seus limites. Coloca alto valor na liberdade e num estrito limite à regulamentação das mentes e das ações. E em concordância com os conservadores, essa política reconhece que, para criar um mundo de igualdade, muitas vezes podem ser necessários argumentos mais amplos para persuadir as pessoas da necessidade de mudar.

Essa política começa com a noção de que para uma pequena minoria de pessoas, desde a mais tenra idade, o homossexualismo é uma condição essencialmente involuntária, que não pode ser negada nem permanentemente reprimida. Parte da compreensão de que há um limite para o que a política pode alcançar num campo tão controverso e não tem seu foco no comportamento dos cidadãos na sociedade civil, mas nas ações do público e de um estado que se diz neutro. Embora não use a lei para legislar a cultura, acredita que a lei pode afetar a cultura de modo indireto, ao insistir, no caso, na igualdade de todos os cidadãos. Procuraria chegar à **plena “igualdade pública”¹** e não negaria aos homossexuais, sua existência, sua integridade, dignidade ou peculiaridade. Não tentaria paternalizar nem excluir. Afirma um princípio simples e limitado: abolir toda a discriminação pública (isso é, não privada) contra os homossexuais e assegurar que todos os

conhecido por seu pseudônimo.

¹ Sullivan, Andrew (1995). *Praticamente Normal – Uma discussão sobre o homossexualismo*. Cia das Letras. Grifo do autor

direitos, deveres e responsabilidades de que os heterossexuais desfrutam como cidadãos públicos sejam estendidos aos homossexuais. ***“E isso é tudo”¹***.

Ao criar um clima de autoconfiança e independência essa política preenche um vazio teórico e prático e reabre em outras bases o diálogo entre homossexuais e heterossexuais. ***“Não mais no que um tem contra o outro, mas no que cada um pode ensinar ao outro”²***.

Uma contribuição psicanalítica

A sexualidade não começa na puberdade com a função dos órgãos genitais, mas desperta muito cedo após o nascimento (espécie de puberdade psicológica). Portanto a palavra **sexual** para a psicanálise designa um conjunto de atividades sem ligações exclusivas com os órgãos genitais, não se devendo portanto confundir **sexual** com o **genital**. O fim “originário” da sexualidade é um fim de **gozo** que nada tem a ver com a cópula em sua finalidade de reprodução, sendo o campo psicosssexual irreduzível à dados biológicos.

Sexualidade está irremediavelmente vinculada ao inconsciente. Patrimônio maior da humanidade que uma sexologia não consegue enxergar. Irá nos dizer Lacan: ***“vamos ao fato. A realidade do inconsciente é (...) a realidade sexual. Em cada oportunidade Freud articulou isto, se assim posso dizer, com firmeza.”³*** Então, nada no plano psíquico revela um **instinto sexual** assim-assado ou uma determinação genital x, y, z, que conduziriam o ser humano **naturalmente** para um parceiro adequado, orientados por uma finalidade de reprodução. A pesquisa psicanalítica demonstrou que a realidade sexual é a realidade do inconsciente com seus desejos, sonhos, fantasias e sintomas. Para Freud, nem tudo é apenas sexual, mas o sexual está em tudo. Sexual aqui entendido não como genital, mas como o próprio **Eros** dos filósofos que se antepõe a **Tanatos**. A vida sexual é parte de todos os processos importantes do organismo, como é parte de todos os aspectos da vida

¹ id. Grifo do autor

² Sullivan, Andrew (1995). *Praticamente Normal – Uma discussão sobre o homoxexualismo*. Cia das letras.

³ Lacan, Jacques. Livro 11. Os Quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Jorge Zahar Editor

- corporal, afetiva e de relação - e de suas realizações. A vida como a **“mais grandiosa obra cultural”¹**.

Descobriu-se que a sexualidade é regulada por uma função simbólica que nos obrigou a reformular o que se entende por sexualidade normal e por constituição normal de identidade sexual. Não era mais possível, depois das descobertas psicanalíticas, dar um **“sentido venéreo”** natural à aproximação sexual humana como a ciência contemporânea à Freud determinava como normalidade. A psicanálise pode constatar a **“falta de limites determinados onde encerrar a vida sexual normal”¹**

Pesa sobre nossos ombros o excruciante fardo de que a função sexual humana se caracteriza por uma desordem eminente, a despeito da vontade dos pios e moralistas. Nada **naturalmente** adaptável.

Conta-se apenas com o universo do simbólico (a fala, a linguagem, os signos, os sinais) e um pouco de intuição para se orientar. Bússola rudimentar para buscar a compreensão do sexual, a realização dessa sexualidade e a construção da identidade sexual (situar-se subjetivamente como homem ou mulher). Compreender, sobretudo, a dimensão de um outro (hetero) sexuado que também fala.

Essa inexistência no ser humano de um programa instintivo natural, a irreduzibilidade do campo sexual ao biológico e a esquemas predeterminados de comportamento tornam a regulamentação política da sexualidade - seja ela orientada hetero ou homossexualmente - algo extremamente limitado, quando não impossível.

Visto isso temos um segundo momento de nossas reflexões. Da mesma forma que o leigo tende a confundir sexual com genital (parte integrante do sexual), possui também uma visão segmentada do que é homossexualidade e heterossexualidade. Tem apenas a idéia de que se trata da orientação sexual de um sujeito voltada para uma pessoa do mesmo sexo ou do sexo oposto.

O conceito psicanalítico sobre a homossexualidade não só considera a união puramente sexual, como toda e qualquer relação emocional entre pessoas do mesmo sexo. Descobriu-se que a sexualidade é composta de elementos hétero e homossexuais - **bissexualidade constitutiva universal**. Desse modo ambas as

¹ Kaufmann, Pierre. Dicionário enciclopédico de psicanálise. O legado de Freud e Lacan (1993). Jorge Zahar Editor.

tendências fazem parte do inconsciente da humanidade. No curso do desenvolvimento uma tendência se impõe sobre a outra. O componente homossexual pode ser sublimado (homossexualidade latente) ou se declarar abertamente (homossexualidade manifesta). Ambos os componentes podem encontrar vias satisfatórias de expressão - sublimada ou manifesta - ou sofrerem obstrução gerando os estados psicopatológicos. Aqui o que interessa não é a coloração sexual mas sua eficácia.

Outro ponto das descobertas psicanalíticas é que numa fase de nosso desenvolvimento psicosssexual, a sexualidade está voltada para o próprio indivíduo. Então homossexual passa a ser também sinônimo de **narcísico**. O interesse amoroso do sujeito estaria em um “indivíduo do mesmo sexo”, isto é, nele mesmo, daí homo ser igual, semelhante. Já na escolha heterossexual o sujeito deseja um outro, um não eu. A partir disso podemos pensar heterossexual como **outrossexual**.

Do ponto de vista da psicanálise na escolha homossexual o sujeito quer **ser** o outro - aquilo que eu fui, aquilo que eu sou ou quero ser - enquanto na escolha heterossexual o sujeito quer **ter** o outro - aquilo que me falta.

Existem, portanto, casais heterossexuais que vivem emocionalmente como homossexuais (um quer ser o outro, o que abre as vezes o caminho para a inveja e o conflito) e casais homossexuais que podem emocionalmente estarem mais próximos da heterossexualidade, da OUTROSSEXUALIDADE.

Ora, o que legitima uma parceria é poder reconhecer o interesse de **um outro** parceiro. E isso só é possível ao estar liberta, a parceria, do universo homossexual narcísico, estejam heterossexuais ou homossexuais envolvidos. O poder público, idealmente, não deveria sancionar contratos entre pessoas que não pudessem de fato cumpri-los. E será que os homossexuais se encontram impossibilitados de honrar uma parceria civil? É evidente que não. Quantos homossexuais já deram prova de poder manter relações duradouras, estáveis e produtivas. E quantos heterossexuais tiveram dificuldade nessa empreitada?

O cerne do contrato público é um vínculo emocional, financeiro e psicológico entre pessoas. Leva-se em conta uma afinidade. E nesse aspecto, heterossexuais e homossexuais são idênticos. Numa parceria é mais importante a estabilidade emocional dos parceiros do que a identidade sexual deles.

¹ Idem.

O conceito de “parceria doméstica” já é legalizado em várias partes do mundo, permitindo que relações que não se enquadram na categoria do casamento heterossexual sejam registradas oficialmente nas prefeituras, qualificando-as para benefícios antes reservados aos casais heterossexuais casados. Há diversos arranjos interpessoais que se qualificam para seguro de saúde, licença por luto, seguro de vida, direitos de pensão e aposentadoria, direitos de moradia, adoção de filhos e direitos de herança¹.

Tenho ouvido opiniões sobre o tema da parceria civil entre casais do mesmo sexo. Existem os plenamente favoráveis, os favoráveis com ressalvas e os desfavoráveis. Uma das opiniões que me foram enviadas por escrito, penso ser interessante comentar. Me parece “hesitante” entre ser desfavorável e favorável com restrições. Nos diz:

“...manifestar minha recusa em aceitar como “certo” ou “progressista” tudo aquilo que surge como novo em termos de proposta de modificação nas relações humanas”.

“...não poderia jamais negar-lhes o direito à felicidade, desde que minimizando o custo social desta. Por exemplo, jamais concordaria que duas pessoas do mesmo sexo, vivendo “maritalmente” adotassem uma criança, mesmo que fosse filha legítima de um dos dois cônjuges. Um terceiro ser humano não pode ser usado como “prótese” em tal relação. Sua improdutividade tem de ser aceita como um ônus inerente”.

“Se um dos parceiros teve filhos antes de assumir sua nova condição conjugal, esses deverão ter prioridade na herança de seus bens. Excluídos esses

¹ A Defensoria Homossexual de São Paulo, projeto que faz parte da ONG Aiessp (Associação de Incentivo à Educação e Saúde de São Paulo), financiado pelo Ministério da Justiça tem como finalidade defender os direitos de gays, lésbicas e travestis em São Paulo. Com atuação na área cível e penal cuida de casos de agressão além de diversas ações para que homossexuais possam fazer declaração de imposto de renda colocando seu parceiro ou parceira como dependente, que possam deixar pensão para o companheiro ou companheira em caso de morte. Além da Defensoria, existem no Brasil outras organizações e serviços de defesa dos direitos homossexuais, como o DDH (Disque Defesa Homossexual) em funcionamento há mais de três anos em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

casos, considero perfeitamente legítimo que os bens de pessoas que partilham sua vida sejam divididos na mesma medida em que, ao morrer um deles, o sobrevivente seja seu herdeiro universal, mormente nos casos em que o patrimônio tenha sido originado do esforço conjunto, o que parece ser frequente”.

“Faz pouco, assisti casos em que gays “viúvos” foram despojados pelas famílias dos parceiros mortos, ficando até sem ter onde morar, o que é muito mais do que preconceito; é desumano; é monstruoso”.

Ora, não há prova que mostre qualquer impacto deletério numa criança criada por dois homossexuais estruturados emocionalmente; mas há provas consideráveis de que uma tal estrutura parental é preferível à dos pais solteiros ou à não existência de pais efetivos, o que, desafortunadamente, é o caso que se deparam muitas crianças - nossos “meninos de rua”. E quantas crianças, filhos de casais heterossexuais não são ***usados como próteses?*** Lembro ainda que do mesmo modo que a sexualidade humana não se reduz ao biológico, o que é improdutivo para a psicanálise não é a incapacidade biológica de gerar e criar, mas a improdutividade cultural¹ que pode se abater tanto sobre sujeitos homossexuais como heterossexuais.

O argumento fornecido por alguns do ***mal exemplo*** não possui lógica que o sustente. ***Que exemplo para sua sexualidade terá essa criança?*** Todos os homossexuais que conhecemos são frutos de um pai e de uma mãe, e muitos das ditas famílias tradicionais. Afinal não existem ainda casamentos homossexuais, numa estatística considerável, para pensarmos diferente. Havendo saúde mental e estabilidade emocional haverá, pontencialmente, liberdade para o desenvolvimento livre de uma identidade sexual. Pode ser criado, portanto, um ambiente onde existem simbolicamente e em harmonia os papéis masculino e feminino. O papel simbólico do pai e da mãe que a pesquisa psicanalítica tem ajudado tanto a compreender. No entanto para a psicanalista Elisabeth Roudinesco será preciso

¹ **A família humana é sobretudo cultural.** Idéias que desenvolvi no 7º Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo – 25 de setembro de 1988 – Caxambu – MG, na mesa redonda “A Família como Instituição” , com o trabalho “A Família como Instituição em Lacan”, baseado no texto “Os Complexos Familiares” de Jacques Lacan.

aguardar o testemunho dos filhos dessas famílias homossexuais, sustentando que não se deve nem se indignar nem se apressar ao analisar essa questão. No entanto a autora de **“A família em desordem”** parece estar em concordância comigo quando pensa que os homossexuais acharão uma forma de reconduzir a imagem da diferença de sexo na educação das crianças, pois têm maturidade suficiente para saber que serão obrigados a buscar os meios de construir essa diferença sexual na educação dos filhos. Ou seja, se ambas as funções, materna e paterna, estiverem presentes, nada impede que a criança tenha um desenvolvimento normal.

Tal projeto de lei, se aprovado, poderia ainda ser útil para ajudar a vencer a distância que separa os homossexuais e seus pais, trazendo-os para o seio da família tradicional, afinal os homossexuais que já formaram nos anos de contestação um polo transgressor, hoje demandam uma estrutura de família. Ao desalojar o assunto da clandestinidade auxiliaria essa família a se compreender e a se aceitar melhor. Daria também, e isso é fundamental e ético, um sentido nas vidas das crianças homossexuais, que passariam a ter uma referência legal para saber-se. Desse modo o destino da família homoparental será muito importante, pois no futuro ela ocupará uma fatia importante da estrutura social.

A despeito das reservas conservadoras da sociedade o projeto de lei além de defender valores tradicionais, como o de família, possui uma direção humanitária indiscutível. Enquanto a dita população heterossexual não compreender que os homossexuais não ameaçam a estabilidade das nossas instituições, não serão capazes de modificar a visão que têm do homossexualismo. O assunto é evidentemente polêmico e deverá encontrar fortes resistências. Mas se podemos aceitar os avanços científicos e tecnológicos do mundo moderno com toda sua gama de aspectos favoráveis e desfavoráveis, acredito ser um contra-senso não poder evoluir dentro dos modelos civis de parceria, se prendendo à valores históricos anacrônicos.

É ingênuo subestimar o poder das hierarquias morais que continuarão dividindo os que são superiores e os que são inferiores, o que é ideal e condenado, certo e errado, normal e desviado, mas isso não nos dá o direito de nos acomodarmos, não nos impede de atuarmos para defender a legitimidade **das novas conjugalidades**, sobretudo por estarmos alicerçados em experiências e estudos psicanalíticos que vem esclarecendo de modo significativo as subjetividades

contemporâneas que incluem as atuais modalidades de aliança e filiação, bem como fornecendo novos conhecimentos sobre o gênero sexual¹.

Torna-se um desafio para a ATUALIDADE NO PSICANALISAR os novos arranjos de parentesco, que nos leva através de um trabalho árduo de desconstrução, inclusive, à investigar e elaborar um estatuto diferente do complexo de Édipo, algo então impensável há alguns poucos anos. Tarefa inadiável para psicanálise se pretende acompanhar a nova ordem social do século XXI.

Acredito também que nesse campo complexo da sexualidade humana a falta de conhecimento e o medo serão os maiores obstáculos. Todos sabemos quantos sofrimentos podem ser causados sem que se queira ou que se saiba. Como, lembrando o poeta Shelley, é comum passarem despercebidos sentimentos profundos, por vezes excruciantes, sem que se suspeite sequer de sua presença. Nos diz: ***“pode-se fazer tanto mal por falta de compreensão como por crueldade”***.

Por outro lado sabemos que não são as leis que fazem as transformações no mundo, essas são caudatárias da coragem daqueles que assumiram e encarnaram essas transformações. Coragem de lutar pela ***égalité*** na esfera pública para garantir com essa ***igualdade*** a existência livre na esfera do privado de todas as ***desigualdades*** da emoção e da paixão, que é o lugar onde elas são soberanas, ou seja, garantir a ***liberté*** na esfera do privado, do singular. Coragem essencial para derrubar a “bastilha” dos preconceitos à diferença que emperram os ideais de liberdade e fraternidade. Montaigne chegou mesmo a afirmar que ***“não há nenhuma qualidade tão universal como a diferença”***.

Honrar a essência ***heterossexual, outrossexual***, é saber e viver essa qualidade universal que é a diferença, dimensão e lugar do outro. Outrossexual é aquele que deseja a diferença e possui a coragem para lidar com ela, e não esconde no disfarce de ***uma heterossexualidade capenga a homossexualidade narcisista que não suporta o que não é igual***.

É a coragem, sem dúvida, que pode mudar o mundo. E ..., vive la difference!

Petrópolis, outubro de 1997.

¹ oportuno, com relação ao tema, o recente lançamento no Brasil do livro da historiadora e psicanalista Elizabeth

Bibliografia

Carvalho, Marcelo. Quem tem medo da diferença? “Afeto que a sociedade condena”. *Jornal da Cidadania* nº 113 (set/out 2002). Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Gonçalves Mendes, L.R. O Fator Gay – Tradução de trechos do livro “Mismatch” de Andrew Hacker (ed. Scribner), Folha de São Paulo, 30 de março de 2003.

Kaufmann, Pierre. Dicionário enciclopédico de psicanálise. O legado de Freud e Lacan (1993). Jorge Zahar Editor.

Lacan, Jacques. Livro 11. Os Quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Jorge Zahar Editor

Laplanche/Pontalis. Vocabulário da Psicanálise, Livraria Martins Fontes Editora Ltda (1985).

Lugarinho, M. C. Universidade GLS. Artigo publicado na Folha de São Paulo em 30 de março de 2003.

Roudinesco, Elisabeth / Plon, Michel. Dicionário de Psicanálise, Jorge Zahar Editor (1998).

Roudinesco, Elisabeth. A Família em Desordem (2003). Jorge Zahar Editor

Sullivan, Andrew (1995). Praticamente Normal – Uma discussão sobre o homossexualismo. Cia das letras.

Tsu Aiello, Victor. O Teatro do Desejo – Tradução de trechos do livro “Inventing Herself” (Inventando a Si mesma, ed. Picador) de Elaine Showalter, Folha de São Paulo 30 de março de 2003.

Roudinesco “A família em desordem”.